

## **Intervenções sobre o rio Pinheiros e a incorporação do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX: o caso da região do Brooklin na cidade de São Paulo**

*Interventions on the Pinheiros River and the incorporation of urban space in the first decades of the XX Century: the case of the Brooklin region in São Paulo city*

*Intervenciones sobre el río Pinheiros y la incorporación del espacio urbano en las primeras décadas del siglo XX: el caso de la región de Brooklin en ciudad de São Paulo*

*Fábio Alexandre dos Santos*

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)  
São Paulo, Brasil  
fa.santos@unifesp.br

**Resumo** — Por meio de revisão bibliográfica e análise de fontes primárias, este artigo aborda o processo de incorporação da terra urbana na região sudoeste da cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a partir da atuação da *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited* sobre o rio Pinheiros, o que resultou na incorporação privada, pela empresa, de extensa faixa de terras na região.

**Abstract** — *By means of literature review and analysis of primary sources, this article discusses the urban land incorporation process in the southwest of the city of São Paulo, in the first decades of the twentieth Century, from the performance of São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited, on the Pinheiros river, resulting in private annexation, for the company, broad strips of land in the region.*

**Resumen** — Mediante la revisión de la literatura y análisis de fuentes primarias, este artículo discute el proceso de incorporación del suelo urbano en el suroeste de la ciudad de São Paulo, en las primeras décadas del siglo XX, a partir de la acción de la *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited* sobre el río Pinheiros, que dio lugar a la incorporación, por la empresa, de una extensa franja de tierra en la región.

---

**Palavras Chaves:** São Paulo, Rio Pinheiros, Espaço urbano

**Keywords:** Sao Paulo, Pinheiros River, Urban space

**Palabras Claves:** Sao Paulo, Río Pinheiros, Espacio urbano

**Información Artículo:**

Recibido: 10 mayo 2016

Revisado: 27 octubre 2016

Aceptado: 3 diciembre 2016

## INTRODUÇÃO

O rio Pinheiros é um dos principais afluentes do rio Tietê, sua bacia cobre uma área de drenagem de 270 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), localizado em uma região que hoje pode ser considerada uma das mais nobres da cidade em praticamente toda sua extensão. Em seu curso natural (antes das intervenções implementadas pela canadense *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited*), o rio Pinheiros era caracterizado por uma sinuosidade que totalizava 43 quilômetros (km) de extensão, considerando os rios Pinheiros e Grande, enquanto sua planície aluvial (várzeas) correspondiam a 25 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>)<sup>1</sup>. Cabe destacar que na virada do século XIX para o seguinte, ao se considerar a área que abrangia estes meandros e várzeas em relação à área ocupada na cidade de São Paulo, sua abrangência se situava numa região que não se encontrava incorporada ao que se poderia considerar como área urbana, sendo caracterizada muito mais por aspectos rurais.

Os meandros permeáveis do rio Pinheiros cumpriam a função de planícies de inundação respondendo pela drenagem de suas águas e de seus afluentes. Nas suas margens, em especial na região Sudoeste, abrigavam-se sítios, pequenos proprietários, sendo muitos deles imigrantes, da mesma forma que extratores de areia e argila.

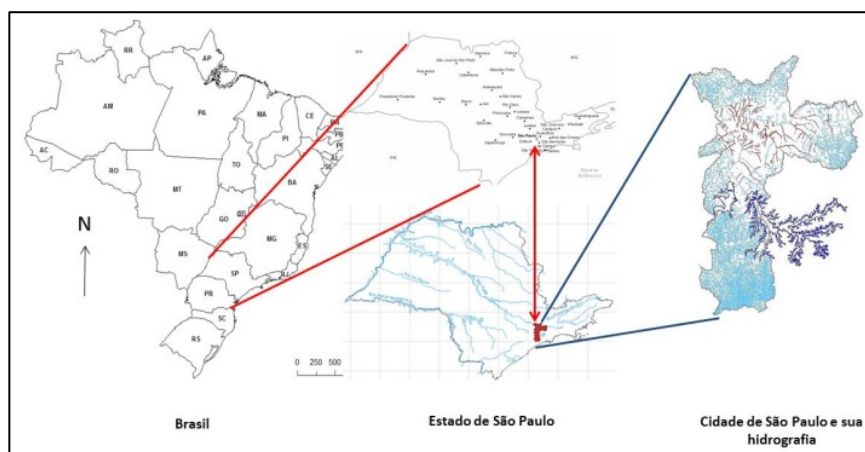
Na década de 1920, com os loteamentos lançados na sua margem direita, empregados da Light passaram a adquirir terrenos na região, dando origem a construções de alto padrão em um bairro denominado Brooklin.

Foi nessa região que foi construída, juntamente com as obras de retificação e inversão do curso do rio Pinheiros, em especial com a usina Elevatória de Traição, o dreno do Brooklin, dada a necessidade de afluir as águas dos córregos do Cordeiro, Águas Espraiadas e da Traição à jusante da Usina Elevatória de Traição, concluída em 1940. Estes córregos, por sua vez, incluindo o Uberaba, que hoje caminha solitário sob a avenida Helio Pellegrino, abrangem uma área de 30,5 km<sup>2</sup>, aproximadamente<sup>2</sup>.

Sobre o rio Pinheiros e seus afluentes e, tendo como foco a região Sudoeste da capital paulista, a Light protagonizou uma série de “ações” que envolveram águas, terras, construções, sistemas elétricos etc. que impactaram decisivamente sobre toda a bacia do Alto Tietê. Estes impactos, por sua vez, se concretizaram em nome de sua acumulação de capital, o “motor” da produção capitalista que visa “incessante e constantemente” revolucionar o mundo para “preservar” o processo de acumulação, através de: *i.* excedente de mão de obra; *ii.* meios de produção (máquinas, matéria prima e infraestrutura física); e *iii.* mercado com demanda crescente que justifique a produção<sup>3</sup>.

É sob estes elementos que se encontra esta reflexão entre a empresa canadense, seus interesses sobre as

Figura 1: Localização da cidade de São Paulo no mapa do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor. Brasil e Estado de São Paulo (físicos), <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-brasil.php>, acesso em 15 de janeiro de 2015; Estado de São Paulo (hidrográfico), <http://www.sp-turismo.com/dados.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2015; Mapa Hidrográfico da cidade de São Paulo, [http://atasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/saneamento/san\\_06htm](http://atasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/saneamento/san_06htm), acesso em 15 de janeiro de 2015.

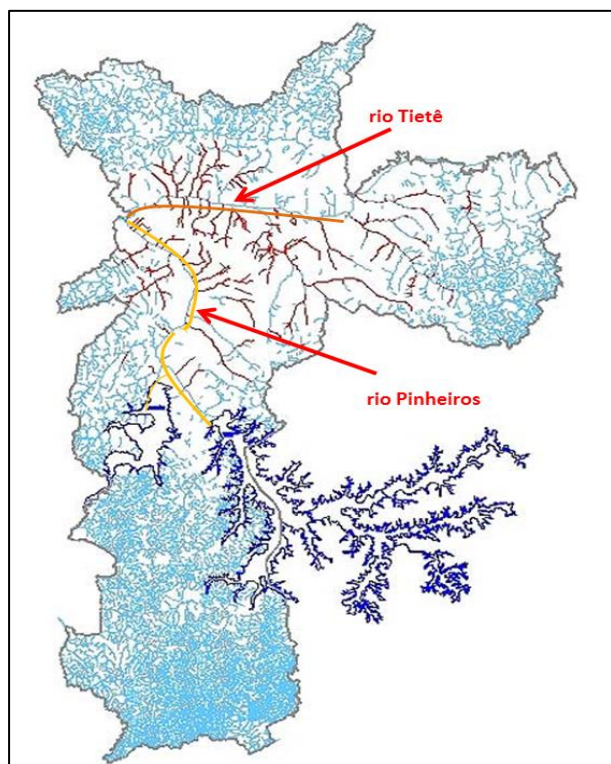
águas da bacia do Alto Tietê, em especial do rio Pinheiros, e os efeitos decorrentes desse processo, num período que abrange as primeiras décadas do século XX, em especial até a década de 1940. Sem ter a pretensão de esgotá-los, busca-se por meio da bibliografia que trata do tema, da análise de fontes primárias, como documentos públicos (pronunciamentos, eventos, legislação etc.) e documentação privada da empresa, analisar o processo de interferência (e seus impactos) realizado pela empresa canadense no período, com a seguinte questão: esse processo poderia ser tomado como delineador de um *sentido de atuação* do capital em terras paulistanas, num momento-chave de expansão do sistema capitalista?

<sup>1</sup> Ab'Sáber, 2007. Seabra, 1988, 70.

<sup>2</sup> Borba, 2014, 138.

<sup>3</sup> Harvey, 2005, 42-43.

Figura 2: Mapa Hidrográfico da cidade de São Paulo



Fonte: Adaptado pelo autor. Hidrografia da cidade de São Paulo, [http://atasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/saneamento/san\\_06.htm](http://atasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/saneamento/san_06.htm) - acesso em 15 de janeiro de 2015.

Cabe deixar claro, por fim, que esta questão encontra-se fundamentalmente inserida no contexto dos acontecimentos que incrementavam a vida urbana nas mais diferentes cidades do mundo ao final do século XIX, ou seja, o processo de industrialização e seus efeitos decorrentes. Por um lado, estava em curso um aumento da concorrência entre os países industrializados (o originário e os que se industrializaram tardiamente), resultando em fusões e monopólios; por outro, a disseminação das inovações tecnológicas advindas da 2ª Revolução Industrial, como a energia elétrica, por exemplo, revolucionavam a vida material, social e cultural com a possibilidade de sua utilização em escala industrial. Em fins do século XIX, além da Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Japão e Estados Unidos já se encontravam industrializados<sup>4</sup>.

Em contrapartida, os países periféricos (essencialmente fornecedores de matérias primas e alimentos) se tornavam atrativos polos de investimentos para os capitais disponíveis em países centrais do mundo industrializado e em processo de industrialização, como o Canadá. Parte considerável desses capitais foi direcionado para a construção de infraestrutura urbana das cidades em desenvolvimento ao redor do mundo,

fossem em sistemas exportadores (ferrovias, portos), ou em equipamentos urbanos (transportes, iluminação, sistemas de água e esgoto).

Para Eric Hobsbawm, sob o Imperialismo e a expansão das atividades econômicas por parte de empresas monopolizadoras e das ações políticas por parte dos Estados, configuraram-se relações assimétricas entre as “metrópoles e países dependentes”<sup>5</sup>, aquelas sob a área de espaços formais, informais ou semi-formais de dominação (ou zonas de influência). De acordo com Lênin, “no limiar do século XX assistimos à formação de monopólios (...): primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados”<sup>6</sup>.

O fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil, até 1870, teve como foco principalmente as províncias de Pernambuco, Bahia e a capital brasileira, Rio de Janeiro, mas a partir do último quartel do século XIX, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul também passaram a atrair cada vez investimentos dessa natureza. O diferencial de São Paulo, nesse contexto, foi o caráter de exportador de café que lhe proporcionou a consolidação das condições econômicas para a formação do que Wilson Cano chama “complexo econômico cafeeiro paulista”<sup>7</sup>, a partir do qual foram criadas as condições para expansão de fronteiras de plantio, ampliação investimentos e, claro, consolidação de centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo, capital da Província de São Paulo e, depois, capital do Estado, após a Proclamação da República, em 1889<sup>8</sup>.

#### A CIDADE DE SÃO PAULO, SALUBRIDADE E INCORPORAÇÃO DA TERRA

“Como prova de quanto a água é traiçoeira, vamos contar um velho caso ocorrido, há quasi trinta anos, aqui no Triângulo Central da nossa Piratininga. Ao se levantar o prédio mais alto na época, verificou-se leve umidade nas fundações. O construtor, um engenheiro competentíssimo, como era natural, não deu importância ao caso e limitou-se a impermeabilizar cuidadosamente as paredes dos porões que ficavam no sub-solo. Muitos meses depois após a conclusão do edifício, o inquilino do pavimento térreo sofreu alargamento [sic] inexplicável nos depósitos. Só então, depois de múltiplas pesquisas, muitas hipóteses

<sup>4</sup> Oliveira, 1985.

<sup>5</sup> Hobsbawm, 1998, 110.

<sup>6</sup> Lênin, 1984.

<sup>7</sup> Cano, 1998, 32-35.

<sup>8</sup> Santos, 2011, 49-50.

errôneas sobre canos rompidos, foi que se ficou sabendo a causa daquele acidente.

Havia um filete d'água subterrâneo, que se escoava imperceptivelmente e que os alicerces represaram; a água se acumulou lentamente, subiu de nível até ultrapassar o das paredes impermeabilizadas e veio penetrar nos porões. Improvisou-se então a drenagem dessas águas com despesas provavelmente decuplicadas, como se aconteceu sempre quando se remedeia em vez de prevenir”<sup>9</sup>.

A citação refere-se a uma reflexão sobre “Higiene na Habitação”, apresentada pelo Engenheiro Heitor de Sousa Pinheiro, do Departamento de Saúde do Estado, durante a Jornada da Habitação Econômica que aconteceu em setembro de 1941, na cidade de São Paulo. Na ocasião, logo no início de sua fala, o engenheiro evocou Milton J. Rosenau (1869-1946), um médico norte-americano que atuou com questões ligadas à medicina preventiva, como desinfecções e saneamento, como “um dos grandes mestres sanitaristas”, citando-o: “Bôas condições de moradia facilitam o suprimento adequado de ar fresco e de raios solares, promovem limpeza e secura, e favorecem o isolamento sanitário, encorajam mais altos padrões de vida, condizem com melhor higiene pessoal e melhoram a sanidade do meio. Bôa moradia implica considerações sobre edificação, localização, sólo, drenagem, água e despejos, iluminação, tamanho, arranjo e uso dos quartos, facilidades para limpeza, vizinhança”.

De modo geral, tanto o episódio do alagamento no prédio localizado no centro de São Paulo quanto às referências teóricas utilizadas pelo engenheiro, evidenciam como a noção de salubridade urbana permeava os discursos e as práticas urbanas na virada do século XIX para o seguinte. Como oposição à impureza, as ações em prol da salubridade foram materializadas em intervenções urbanas como uma das vertentes da cidade desejada (modernizada e civilizada)<sup>10</sup>, que se faziam transparecer em hábitos (refinados) e instituições. Para tanto, a salubridade remetia às normas da patologia: “um subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. Esta interpretação da impureza conduz-nos directamente ao domínio do simbólico”<sup>11</sup>. Em outras palavras, implica em afirmar que a impureza também poderia ser o elemento que estava fora de lugar ou em desacordo com a regra que se pretendia impor. Assim, a sujeira encontrava sua conceituação na assertiva natural enquanto resíduos humanos (materialmente palpáveis), mas também na

órbita do perceptível (do não palpável) como nos hábitos, nas práticas e nas concepções, por exemplo, das quais possam emergir “subversão, oposição, vadiagem, promiscuidade etc.”<sup>12</sup>.

Estas concepções embasaram as discussões sobre saneamento desde fins do século XIX e início do seguinte, especialmente com o crescimento da cidade – a chegada de milhares de imigrantes, a implementação do serviço sanitário estadual e a encampação, por parte do governo do Estado, dos serviços de abastecimento de água e esgoto da cidade de São Paulo. Com isso, o Estado passou a atuar efetivamente no sentido de concretizar serviços que promovessem as condições para a reprodução da acumulação de capital, fundada na tríade urbanização-economia-salubridade.

Em 1900, a cidade de São Paulo abrigava uma população de 239.820 habitantes, passando, em 1920, a 587.072 e, em 1940, a 1.326.261 habitantes. Desses, em 1940, 1.258.482 se localizavam nas áreas urbana e suburbana e 67.779 estavam na área rural<sup>13</sup>. Isto é, São Paulo já apresentava, no início do século XX, ares de grande cidade e, como tal, também já apresentava uma série de condicionalidades urbanas que revelariam suas contradições, mazelas e conflitos.

A cidade, que tem sua origem *entre* águas ainda hoje vivencia seu dia a dia de maneira contraditória e conflituosa com seus cursos d'água e, desde o século XIX, a relevância dessa relação só aumentou tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Tanto que as primeiras intervenções sobre as águas tiveram lugar em meados do século XIX, quando em 1848, foram extintas as 7 voltas do rio Tamanduateí e teve início sua retificação; em 1875, com a construção da Ilha dos Amores no mesmo rio; ao final da década de 1890, com a extinção da Ilha dos Amores e saneamento da sua várzea; e, em 1906, com o tamponamento do córrego do Anhangabaú. Ademais, desde o final do século XIX, a ideia de se retificar o rio Tietê como forma de aumentar sua vazão e conter as constantes enchentes que assolavam as áreas adjacentes já estavam presentes nas discussões sobre obras públicas e medidas sanitárias<sup>14</sup>.

A cidade se localizar e se expandir *entre* e *sobre* centenas de cursos d'água, portanto, mostrou que desde sua origem estabeleceu-se uma relação conflituosa entre a “natureza” e os homens, como mostra a fala do engenheiro em 1941 –“como prova de quanto a água é traiçoeira...”<sup>15</sup>–, especialmente quando os interesses do capital passaram a eleger determinados espaços da

<sup>9</sup> Pinheiro, 1942, 110.

<sup>10</sup> Sobre modernização ver Berman, 1986, 129; sobre civilidade Elias, 1994, 114.

<sup>11</sup> Douglas, 1991, Capítulo II: A impureza secular.

<sup>12</sup> Santos, 2011, 16.

<sup>13</sup> Santos, 1994, 137. IBGE, 1951, 43.

<sup>14</sup> Sobre as enchentes na região central da cidade ver Santos, 2015, 37 e segs.

<sup>15</sup> Pinheiro, 1942, 110.

cidade para sua “aplicação e fixação”<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, essa relação também foi contraditória, pois se por um lado a água era um bem imprescindível à vida e fonte de geração de renda, por outro lado, seus cursos, suas fontes, suas várzeas, seus meandros se tornavam cada vez mais obstáculos para uma ordenação orgânica requerida pela cidade moderna, que se expandia, atraía capital e requeria espaços para sua reprodução<sup>17</sup>.

Essa relação entre homem e natureza, por isso, deve ser apreendida sob o aspecto das interações entre ambos, os quais resultam em ambientes construídos nos mais diferentes níveis da vida social, econômica, cultural, política etc., independentemente se positivas ou negativas. Todas compõem a realidade construída. Essa relação é dinâmica e fluída, estabelecida dialeticamente sob o contexto histórico do momento, aos aprimoramentos tecnológicos e capitais disponíveis, à ciência e, por isso mesmo, com condições para a recriação constante do que se entende como natureza: como criação cultural que reflete as representações e os interesses dos homens e de seus respectivos grupos sociais<sup>18</sup>.

Por esta razão, a percepção da natureza na história humana, na sua relação com as discussões, os atos, as ações (políticas), com os interesses econômicos inerentes de uma sociedade capitalista (econômico), com as especificidades sociais e culturais de cada região, com as intervenções infraestruturais (sobre o meio físico), com as inovações da ciência e da medicina (sanitárias) podem ajudar a melhor compreender os processos históricos convergentes em suas contradições, conflitos, realizações, inovações, os quais se materializam no espaço que se pode chamar de cidade: alterando-as, transformando-as.

Assim, as águas, as várzeas, os cursos d’água eram tidos como obstáculos que deveriam ser transpostos em contraposição à ampliação de oportunidades de investimentos que tomavam conta da cidade, em meio à consolidação do Brasil nas linhas do sistema capitalista, alavancado, em especial, pelo complexo cafeeiro paulista. Não em vão, nas primeiras décadas do século XX a relação entre a ocupação do espaço –como lugar “onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis”<sup>19</sup>– e a busca da salubridade urbana, incorporou um processo de separação das diferentes classes sociais na cidade, que se reproduziu na medida em que os serviços urbanos eram constituídos, as primeiras indústrias

instaladas e o espaço urbano ampliado<sup>20</sup>. No seu conjunto, e delimitando os espaços de cada um na área urbana, a cidade adquiria dinâmicas que interessariam – e seriam impostas – pelos interesses do capital que para a cidade eram atraídos.

Isto posto, parece ser “inevitável tratar o processo de ocupação do solo em perfeita correlação com as intervenções públicas e as oportunidades de negócio que se abriam tanto ao capital estrangeiro quanto para o capital nacional, que juntos aumentavam proporcionalmente a demanda de serviços públicos”<sup>21</sup>. Sob este contexto, de materialização de uma riqueza e a abertura de oportunidades de negócios, de aumento populacional e da consolidação das condições periféricas do país que atraíram inversões à cidade, se instalou em São Paulo, em 1899, a *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited*, cuja atuação revelaria, como bem designou Odette Seabra, uma intervenção sobre o rio Pinheiros que articulou seus interesses protegida pelo “instituto jurídico da concessão e sob a égide de um grande truste do século XIX”<sup>22</sup>.

#### A LIGHT, SEUS NEGÓCIOS E O ESPAÇO URBANO

A *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited*, formada por capitais canadenses, ingleses e norte-americanos instalou-se em São Paulo, em 1899, com objetivo de fornecer serviços de transporte urbano, porém, logo passou a atuar em setores-chave ligados ao processo de urbanização em curso. Segundo Duncan McDowall, que aborda a história da Light no Brasil pelo viés da companhia de origem canadense, aponta que na origem dos negócios da empresa em São Paulo predominava um contexto em que “o governo municipal, carente tanto de competência administrativa quanto de uma base tributária adequada, tinha poucas ilusões quanto à sua capacidade para prover um serviço de propriedade pública. (...) o capital privado brasileiro expressava relutância semelhante em investir suas iniciativas em serviços públicos, preferindo aplicar seus recursos no mercado imobiliário, de retorno mais imediato”<sup>23</sup>. Seu capital social inicial totalizou US\$ 6 milhões, equivalente a 36 mil contos de réis naqueles anos. Em 1903, seu capital chegou a US\$ 7 milhões; em 1907, a US\$ 8,5 milhões; e, em 1908, a US\$ 10 milhões.

Ainda segundo o autor, a autorização para atuação na cidade de São Paulo incluía poderes para: “...planejar, construir, completar, manter e fazer obras para a

<sup>16</sup> Moraes, 2011, 19.

<sup>17</sup> Seabra, 1988, 30.

<sup>18</sup> Worsten, 1991, 201. Martinez, 2006, 21. Pádua, 2010, 88.

<sup>19</sup> Harvey, 2005, 116.

<sup>20</sup> Kowarick y Ant, 1982, 54 e segs. Rolnik, 1983, 112 e segs. Bonduki, 1982, 81 e segs. Santos, 2011, 133 e segs.

<sup>21</sup> Santos, 2011, 138.

<sup>22</sup> Seabra, 1988, 23.

<sup>23</sup> McDowall, 2008, 49.

produção, utilização e venda, e também para produzir e vender vapor como força motriz, gás e eletricidade e energia a vapor, a gás, elétrica, a ar comprimido, mecânica, hidráulica ou qualquer outra para quaisquer objetivos. A companhia também estava autorizada a operar serviços de bondes, iluminação, telegrafia e telefonia onde quer que conseguisse negociar concessões para tais serviços”<sup>24</sup>.

Sua entrada no mercado paulista aconteceu em meio à concorrência e a uma série de conflitos com a Viação Paulista, empresa responsável pelos bondes puxados à tração animal sobre trilhos que detinha a concessão desde 1870. A Light se utilizou da tração animal até 1903, mesmo introduzindo em 1900 os bondes elétricos. Em 1901, quando inaugurou sua primeira usina hidrelétrica para fornecer energia aos bondes, arrematou o patrimônio da Viação Paulista em leilão judicial, após a liquidação da empresa. Como parte de sua estratégia, a empresa de capital estrangeiro também incorporou os serviços de iluminação, realizados pela Cia. de Água e Luz e chegou a monopolizar os serviços de gás e telefone<sup>25</sup>.

A empresa se fundamentava largamente nos recursos técnicos e financeiros que dispunha para se relacionar e expurgar concorrentes, para negociar com os poderes públicos e privados, enfim para ampliar seus negócios; muitas vezes através de “subterfúgios jurídicos e políticos”, como aconteceria por ocasião da enchente de 1929, por exemplo, que será tratado adiante.

Por outro lado, há que se destacar que a recepção para inserção de capital estrangeiro no país também respondia aos interesses internos de grupos políticos e econômicos, em consonância com o cenário econômico internacional. Alexandre Saes destaca que a recepção da Light no Brasil, por exemplo, pode ser considerada “a representação de projetos de grupos internos atuantes no âmbito da política nacional”<sup>26</sup>.

No conjunto, portanto, há uma relação de aceitação dessas empresas por parte dos países sem condições de proporcionar serviços-chave para o desenvolvimento urbano-industrial que se desenhava na virada do século XIX para o XX, considerando especialmente a carência de aspectos técnicos e financeiros dos países periféricos.

No caso de São Paulo, no direcionamento da expansão das linhas de bondes, por exemplo, convergiam interesses dos homens ligados à cafeicultura que na cidade residiam, os interesses dos poderes públicos (cujos dirigentes estavam ligados à cafeicultura) e os interesses de outras companhias

privadas, especialmente as construtoras e as imobiliárias. Todos estavam interessados em valorizar determinadas áreas da cidade, o que gerou, inclusive, contratos privados para instalação de linhas de bondes firmados entre companhias imobiliárias e a Light (sem a participação ou mediação dos poderes públicos e/ou de planejamento municipal para a expansão). O relatório da Light de 1924, por exemplo, registra o contrato assinado com a Cia. de Imoveis e Construções para a extensão de 2.883 metros de linha de bondes ligando o ramal ao Jardim Paulista, a um custo de 250:000\$000 (250 contos de réis); em outro contrato, a Light foi contratada por Mahfuz Irmãos para ligar o Jardim Paulistano ao ramal de bondes, a um custo de 200:000\$000 (200 contos de réis)<sup>27</sup>.

Esses bairros agraciados com as linhas de bondes na década de 1920 situam-se na porção Oeste da cidade, partindo da região central em direção ao rio Pinheiros. Essa região teve seu início de ocupação – no sentido da transformação da terra em mercadoria e efetiva incorporação ao conjunto urbano, com loteamentos lançados nas décadas de 1910 e 1920 pela City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co. – empresa criada em 1911-1912, formada por capitais franceses e ingleses associada a empresários paulistas.

A City não era a única empresa do ramo atuando na cidade naqueles anos, ao contrário, diversas outras companhias se dedicavam ao negócio “terras”, “loteamentos” etc. que desde o Encilhamento, na década de 1890, já transformara o negócio com terras em algo bastante lucrativo. Seu diferencial, contudo, foi que da convergência de interesses e capitais, resultou um negócio que envolveu a aquisição, por parte da City, de 12.380.098 m<sup>2</sup> de terras correspondente a 37% da área urbana na época, na região que mais tarde deu origem aos chamados bairros jardins, em direção ao rio Pinheiros.

Na direção da City estavam homens do alto escalão da Light, além de nomes importantes da política paulista. Sua proposta era a implantação do conceito urbanístico *garden-city*<sup>28</sup>. O caso da City of São Paulo *Improvements and Freehold Land Co.* também é emblemático da atuação do capital externo na cidade. Entretanto, essa companhia não será objeto de análise dados os limites aqui impostos.

Já para os negócios da Light tornava-se primordial o “domínio” sobre determinados espaços da cidade, assim como sobre as águas que atravessavam a região. Quanto ao primeiro, por exemplo, um superintendente da Light escreveu para Alexander Mackenzie (dirigente da

<sup>24</sup> McDowall, 2008, 60.

<sup>25</sup> Saes y Szmrecsányi, 1995, 235.

<sup>26</sup> Saes, 2010, 93.

<sup>27</sup> Santos, 2011, 140 e segs.

<sup>28</sup> Sevcenko, 1992, 126.

empresa lotado no Canadá), em 1909, indicando uma área localizada nas proximidades do rio Pinheiros, afirmando haver tendência de valorização e, por isso, valeria à empresa realizar ali melhoramentos para alugá-la ao invés de vendê-la. Ao findar esta década, a empresa canadense detinha sob seu domínio áreas localizadas nas avenidas Celso Garcia, São João, Intendência; ruas Augusta, Major Sertório, Lavapés, Barão de Campinas, Barão de Limeira, Imigrantes, Helvetia, José de Alencar, Alfândega; Alameda Glette; e outras localizadas ao longo dos rios Tietê e Pinheiros. Segundo Maria Luisa Paschkes, até mesmo a aquisição do Teatro São José, realizada pela empresa em 1919 para sua futura sede, foi resultado da atuação da canadense no setor imobiliário<sup>29</sup>.

Quanto à segunda, o praticamente “domínio” das águas da bacia hidrográfica do Alto Tietês seria parte primordial de seus objetivos para a reprodução de seus negócios. De acordo com McDowall, a empresa tinha plena consciência de que dependia da disponibilidade hídrica para o sucesso de seus negócios, em outras palavras, para a reprodução de sua acumulação:

“Desde o princípio, os dirigentes da companhia estavam perfeitamente conscientes de que a prosperidade da empresa dependeria da expansão continuada da capacidade geradora. ‘Possuir uma grande fonte de energia hídrica com imensos reservatórios é prioritário’, observou Alexandre Mackenzie em 1916”<sup>30</sup>.

E assim se sucedeu a influência do “polvo canadense” –como foi apelidada a empresa em razão dos tentáculos que fincou sobre os serviços da cidade– sobre as águas, com as construções/ aquisições das usinas hidrelétricas e represas, cujas obras destinavam-se à geração de energia elétrica: em 1901, com a usina hidrelétrica de Santana do Parnaíba, utilizando as águas do rio Tietê; em 1906, com a usina Lavras, em Salto, adquirida da Cia. Ituana Força e Luz, também utilizando as águas do Tietê; em 1908, a conclusão da represa de Guarapiranga, para armazenamento das águas do rio Guarapiranga, afluente do rio Jurubatuba, que escoas águas que afluem ao rio Tietê.

Para a construção da represa de Guarapiranga, com capacidade de armazenar 200 milhões de litros d’água, a empresa desapropriou chácaras, sítios e residências, não sem conflitos. Após sua conclusão, surgiram no seu entorno clubes náuticos, mansões de fim de semana e áreas de lazer, valorizando a região. A Light ganhou duplamente, com a valorização do espaço e com o aumento da capacidade de geração de energia em

Parnaíba, pois passou a deter capacidade de interferir na vazão do rio que levava água à usina.

Em 1912, a oferta de energia elétrica pela usina de Parnaíba começou a chegar ao limite diante do aumento da demanda, quando atingiu a capacidade máxima de 16 mil kW. Como alternativa para aumentar a oferta, a Light inaugurou a usina de Itapararanga, de sua subsidiária, a São Paulo Electric, em 1914, em Sorocaba. Já nos anos seguintes, houve uma relativa estagnação no consumo de energia, cujos sinais de melhoria começaram a aparecer somente a partir de 1916.

Contudo, em 1924 a situação se tornou crítica com relação à oferta de energia elétrica. Naquele ano uma grande estiagem atingiu a região, provocando uma grande crise de energia elétrica em São Paulo. Aquele momento se tornou emblemático do poder de atuação da empresa, em seus aspectos políticos, econômicos e técnicos.

A solução seria ampliar o quanto antes sua capacidade de geração, porém, dada a especificidade do negócio não seria tarefa fácil nem mesmo rápida. Entre as medidas adotadas estava a inauguração da usina de Rasgão, em 1925, inaugurada após 11 meses de obras, localizada em Pirapora do Bom Jesus, com capacidade de geração de 23,8 MW. A usina permitiu por fim a um racionamento que assolou a cidade, inclusive, obrigando a retirada de bondes de circulação, em dezembro daquele ano<sup>31</sup>. Outra estratégia adotada pela empresa para amenizar o racionamento, foi a transferência de equipamentos do Rio de Janeiro para São Paulo, quando a Light desmontou uma usina térmica que lá possuía (onde também atuava), e a transferiu para São Paulo, tendo sido montada às pressas para produzir energia<sup>32</sup>.

Em meio à urgência de se ampliar a capacidade geradora, foram encomendados estudos com objetivo de se encontrar um local para a construção de uma nova usina. Sob o comando de Asa White K. Billings, o engenheiro F. S. Hyde sugeriu a inversão das águas do rio Grande –denominação do curso d’água do rio Pinheiros entre a nascente e a foz do Guarapiranga– para o rio das Pedras, que desaguaria no rio Cubatão. A proposta embasava-se na topografia da região que, ao utilizar-se de uma queda de cerca de 720 metros, proporcionaria condições para uma nova usina geradora.

Considerado ideal o projeto, a empresa rapidamente passou a adquirir as terras necessárias para a execução das obras e solicitou autorização para a construção de barragens no Alto Tietê, de modo a conduzir as águas dali provenientes para seus reservatórios no rio Grande (Billings), construído em 1927, com o represamento do

<sup>29</sup> Paschkes, 1986, 41 e segs. Santos, 2010.

<sup>30</sup> McDowall, 2008, 261.

<sup>31</sup> Diniz y Ferrari, 1993.

<sup>32</sup> McDowall, 2008, 311.

rio Grande, que ligava ao reservatório do rio das Pedras, promovendo um aumento na capacidade de armazenamento de água do sistema. O reservatório do rio das Pedras, construído em 1926, no início era alimentado pelas águas de sua bacia.

O processo de discussão na Câmara e no Senado Estadual e a respectiva autorização foi rápido. Em 1927, por meio da Lei nº 2.249, Júlio Prestes de Albuquerque autorizou a Light a elevar o nível do reservatório rio Grande; canalizar e alargar o leito dos rios Grande, Guarapiranga e Pinheiros; inverter curso deste último (que também se receberia as águas excedentes do rio Tietê); construir obras necessárias ao conjunto do empreendimento, como represas, barragens, estações elevatórias, canais, eclusas e aparelhamentos de transmissão, além de explorar o sistema de transporte.

De acordo com a petição enviada pela empresa à Câmara solicitando a concessão para a execução das obras, a empresa argumentava que elas permitiram a incorporação de áreas não aproveitáveis ao conjunto da cidade, disponibilizando-as aos interesses econômicos. Ironicamente, inclusive aos da própria empresa:

“A várzea regada pelo Pinheiros, depois de devidamente dessecada e servida de meios de transportes, poderá ser aproveitada para bairros industriais rapidamente florescentes. Por esse motivo, a Supplicante espera receber dos proprietários dos terrenos situados nessa zona o seu indispensável auxílio moral e material.

A canalização do rio evitará definitivamente as inundações, as mudanças de curso, os depósitos de alluvião e saneará a região facilitando a drenagem dos brejos e águas estagnadas.

A tudo isso pode se acrescentar a conveniência da construção de avenidas lateraes, ramaes de estradas de ferro e outros meios de transporte, por cuja realização, a Supplicante auxiliada pelos proprietários, se interessará, afim de crear nas margens do Pinheiros um dos mais valiosos bairros fabris, operarios e residenciaes de São Paulo.

Caso não seja possível chegar a um accôrdo com alguns proprietários, será preciso desapropriar os terrenos necessarios para as obras e os que possam ser beneficiados por effeito das mesmas, e para esse fim cumpre que os terrenos compreendidos nas areas affectadas pelas inundações e enchentes do rio e correjos affluentes, sejam declarados de utilidade e necessidade publica afim de, depois de indemnizados os proprietários, as respectivas terras beneficiadas, que não forem utilizados para as obras, sejam vendidos pela Supplicante da maneira que for julgada mais conveniente”<sup>33</sup>.

Assim, os artigos 3º e 4º da Lei 2.249 de 1927, ao autorizar a empresa a declarar utilidade pública áreas que ela considerava necessárias à execução das obras, entre elas as “alagadiças, ou sujeitas a inundações” e as “saneadas ou beneficiadas em consequência dos serviços de que trata esta lei” (estabelecendo-lhe o direito de desapropriação), a Light conquistava a “benção” dos poderes públicos para a convergência dos domínios das águas e de amplo espaço de terras na região Sudoeste da cidade.

Em resumo, a empresa conquistara o direito de utilizar as águas excedentes do rio Tietê, suplementando a carga necessária ao aumento da geração de energia elétrica na usina de Cubatão, desviadas à Serra do Mar pelo rio Pinheiros canalizado (com curso invertido), além de poder sanear suas margens e planícies de inundação, construindo, ainda, usinas elevatórias para sanar desníveis do rio Pinheiros. A usina de Cubatão entrou em operação em 1926 com capacidade instalada de geração de 28 MW. Ampliada diversas vezes, em 1961 a usina tinha 914 MW de capacidade de geração.

Do ponto de vista da legislação municipal, a organização do espaço urbano (dos bairros, serviços, intervenções e tributação) estava delimitado por uma regulamentação que a dividia, desde meados da década de 1910, por perímetros ou zonas. Elas foram criadas através das Leis nº 1.788, de 28 de maio de 1914, e da complementar, nº 1.784, de 15 de maio de 1915, as quais estabeleciam perímetros concêntricos –central, urbano e suburbano na cidade–, direcionando a Câmara no que tange aos melhoramentos a serem implantados, baseados na expansão física da capital. Segundo Raquel Rolnik, era uma prerrogativa fundada numa visão de cidade enquanto espaço destinado à produção do capital (imobiliário) aliada à visão do engenheiro, do médico e do político que nela intervinham assentados sob diferentes visões sobre como implantar “condições higiênicas e morais” requeridas pelo momento, as quais incluíam investimentos imobiliários lucrativos<sup>34</sup>.

Enquanto nos perímetros central e urbano os nivelamentos de ruas e avenidas, calçamentos, galerias pluviais, serviços de iluminação, água, esgoto eram tidos como obrigatórios, e também se proibia a instalação de cortiços e ruas particulares; nas áreas suburbanas as galerias de águas pluviais, iluminação, água e esgotos já deveriam existir, porém, suas ruas não precisariam ser calçadas, apenas receber guias para orientar proprietários de prédios e terrenos na construção de passeios, assim como nos perímetros urbano e central, já capinzais eram possíveis de existir, inclusive em terrenos alagadiços, desde que drenados.

<sup>33</sup> Petição enviada à Câmara Estadual pela *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* em 9 de novembro de 1927, “Solicitando autorização para estabelecer meios de transporte entre os seus reservatórios e o litoral do Estado, e outros favores.” Disponível no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

<sup>34</sup> Rolnik, 2003, 44 e segs.



No que tange à área rural, os serviços e melhoramentos previstos pela legislação se restringiam à estruturação viária, como conservação e construção de estradas, de pontes ou pontilhões, cujo objetivo era ligar os núcleos isolados da região. Nas regiões Oeste, Sul e Sudoeste da cidade, no limite entre o suburbano e o rural estavam os loteamentos Vila Mariana, Vila Clementino, Jardim Paulista, Indianópolis. Porém, a partir de meados da década de 1910, iniciou-se um processo de ocupação dessa vertente da cidade com o lançamento de vários loteamentos imobiliários, tanto na zona suburbana, como o Jardim América, em 1915; o Jardim Paulista e o Jardim Europa, em 1922; a Villa Helena, em 1924; e o Planalto Paulista, em 1928; quanto na zona rural ou no território, à época, fronteiro ao município de Santo Amaro, como o Bosque da Saúde, lançado em 1921; a Vila Cordeiro, em 1922; o Villa Uberabina, em 1923; o Jardim das Acácias, também 1923; o Brooklyn Paulista, em 1924; e o Cidade Jardim, em 1927<sup>35</sup>.

Isto posto, é possível começar a colocar em perspectiva as razões de a porção Sudoeste da cidade –que engloba(va) o rio Pinheiros, seus meandros e várzeas– se tornar cada vez mais atrativo para o parcelamento da terra, a ponto de compreender o loteamento de chácaras e sítios. Um ponto a destacar seria a possibilidade de ocupação de vazios urbanos, fossem nas zonas suburbana ou rural ou nas imediações dos caminhos que ligavam São Paulo a Santo Amaro.

#### SANTO AMARO-SÃO PAULO: CAMINHOS, CÓRREGOS E LOTEAMENTOS

A região que hoje abriga o dreno do Brooklin que recebe as águas dos córregos do Cordeiro, Águas Espraiadas e da Traição, se situava, até 1935, numa região de fronteira entre as cidades de São Paulo e Santo Amaro<sup>36</sup>, cuja fronteira municipal, ao norte, era o córrego da Traição, hoje tamponado sob a avenida dos Bandeirantes, e, ao sul, a Serra do Mar.

O processo de tamponamento de cursos d'água consiste na canalização de córregos ou filetes d'água em tubulações localizadas abaixo do nível da rua, enterrando-os, ocultando-os com a finalidade de maximizar o uso da superfície para fins urbanos. Como citado anteriormente, em 1906, o córrego Anhangabaú foi tamponado e a área que antes o expunha, foi incorporada ao centro em processo de modernização. Porém, foi a partir do Plano de Avenidas de Prestes

Maia, de 1930, quando a ideia de circulação adquiriu especial destaque, subordinando questões urbanas aos veículos e à expansão viária, que aparentemente os tamponamentos se intensificaram. “As construções de avenidas de fundo de vale ocorreram e ainda ocorrem por toda a cidade, transformando praticamente toda a rede original de drenagem do município em um sistema de galerias subterrâneas”<sup>37</sup>. Segundo Vladimir Bartalini, os cursos d'água não resistiram à ação utilitária a eles conferidos, os quais, tamponados, foram transformados em “peças de uma máquina hidráulica”, e o que era para serem margens de cursos d'água passaram a ser utilizadas como simples corredores de circulação de veículos, com grandes avenidas<sup>38</sup>.

Quanto à ligação entre São Paulo e Santo Amaro, no século XIX, a ligação entre ambos era realizada por dois caminhos carroçáveis precários: o caminho do carro para Santo Amaro, que saía do pátio do Colégio, passava pelo centro, Liberdade, Vila Mariana e Jabaquara até Santo Amaro, e o que se iniciava no Anhangabaú, passando pela Bela Vista, Jardim Paulista e Vila Nova Conceição. Em 1880, foi construída pela Cia. Carril de Ferro São Paulo a Santo Amaro uma estrada de ferro com tração animal, a qual foi substituída por carros a vapor em 1886, passando o percurso a chamar-se Caminho Antigo da Tramway São Paulo-Santo Amaro.

No percurso se formaram estações que atraíram povoados e concentraram grandes propriedades, como os das famílias Elias Chaves, Bonami e Vieira de Moraes. Em 1834, por exemplo, o capitão Manoel José de Moraes adquiriu o sítio Pinhal, que englobava os córregos Uberaba, Traição e Águas Espraiadas, cujo limite era a Estrada de Santo Amaro. Logo em seguida, os Moraes passaram a dividir essas terras, arrendando-as para pequenos produtores, mas logo essas chácaras foram loteadas, inclusive, dando origem ao bairro Campo Belo<sup>39</sup>.

No início de século XX a Light incorporou o patrimônio da empresa Caminho Antigo da Tramway São Paulo-Santo Amaro, introduzindo bondes, os quais substituíram os carros a vapor em 1913. Com um percurso que saía do Largo da Sé, em São Paulo, seguindo pela Liberdade, Vergueiro, Domingos de Moraes, Vila Clementino e seguindo para a avenida Santo Amaro pela antiga avenida Conselheiro Rodrigues Alves (atualmente avenida Ibirapuera) e a atual vereador José Diniz, a empresa ajudou a incrementar a ocupação desse eixo.

<sup>35</sup> Santos, 2011, especialmente o Capítulo 8, A consolidação do setor imobiliário.

<sup>36</sup> Santo Amaro tornou-se município em 1832 e, em 1935, foi reincorporado por Armando Sales de Oliveira ao município de São Paulo, passando a figurar como bairro da capital.

<sup>37</sup> Figueiredo, 2009, 12.

<sup>38</sup> Bartalini, 2006, 90.

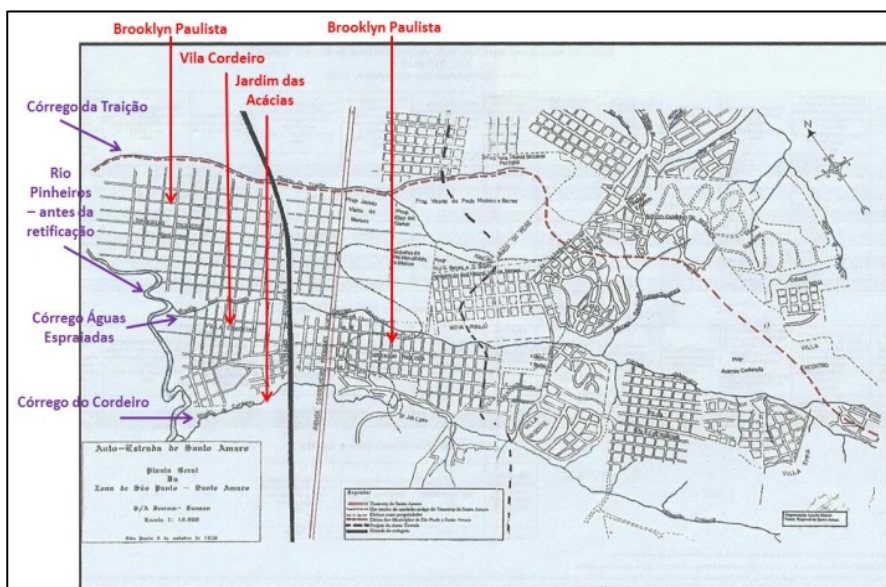
<sup>39</sup> Blanes, 2006, 39 e segs.

Foi na década de 1920, contudo, que a comercialização das áreas desse eixo teve início com a parcelização do solo em loteamentos. Assim, na região de fronteira entre São Paulo e Santo Amaro se tornaria o atual bairro do “Brooklyn”, cujo nome fora dado pela Light, devido à sua influência ali e ao fato de os empreendimentos situaram-se nas proximidades da linha de bondes. O bairro surgiu de três loteamentos: o primeiro, da Fazenda Casa Grande, que daria origem à Vila Cordeiro, empreendido por Júlio Klaunig e Álvaro Rodrigues, em 1922, localizado entre a avenida Santo Amaro e o rio Pinheiros, limitando-se de um lado com avenida Morumbi e de outro, com o córrego Águas Espraiadas (hoje avenida Jornalista Roberto Marinho); o segundo, do lançamento do Jardim das Acácias, em 1923, pelo proprietário da Tipografia, Dr. Affonso de Oliveira Santos, localizado entre a avenida Morumbi e rua Joaquim Guarani, de um lado, e a avenida Santo Amaro e a avenida Jaceru, de outro; e, terceiro, do loteamento Brooklyn Paulista, inicialmente denominado de bairro do Cordeiro ou Quinto Desvio, localizado no “5º desvio do bonde de Santo Amaro”, em 1924, empreendido pela Sociedade Anonyma Votorantin. A seguir é possível visualizar a localização dos loteamentos e perceber como foram empreendidos tendo como delimitação os córregos do Cordeiro, Águas Espraiadas e da Traição.

Com a expansão da ocupação, entre 1928 e 1930 foi projetada e construída a Auto-estrada, uma rodovia pavimentada que ligava São Paulo à represa de Guarapiranga. Foi, inclusive, a própria Auto-estrada que elaborou os estudos que embasariam a construção do aeroporto na região sul da cidade de São Paulo, apontando a área ideal para sua instalação, devido ao terreno situar-se acima do nível das enchentes na região. O Aeroporto de Congonhas foi inaugurado em 1936.

Em meados dos anos 1930, os limites do Brooklin eram dados pelo rio Pinheiros, pela Auto-estrada (atualmente avenida Washington Luís, passando pelo aeroporto de Congonhas em direção à Santo Amaro), pelo córrego do Cordeiro (atualmente tamponado sobre a avenida Roque Petroni Júnior) e pelo córrego Águas Espraiadas (hoje Avenida Jornalista Roberto Marinho). Entre seus moradores estavam imigrantes alemães,

Figura 3: Loteamentos na região dos córregos do Cordeiro, Águas Espraiadas e da Traição



Fonte: Adaptado pelo autor. Planta elaborada pela Auto-estrada em 1928, apud Blanes, 2006, 42

ingleses e norte-americanos, especialmente trabalhadores qualificados da Light que se instalaram nas áreas mais altas da bacia do córrego do Cordeiro, construindo casas de alto padrão e ruas arborizadas. Em contrapartida, nas áreas próximas às várzeas, instalaram-se principalmente imigrantes portugueses, formando chácaras e granjas, que produziam alimentos comercializados na cidade<sup>40</sup>.

#### AS OBRAS DA LIGHT

Em 1937, a Light iniciou as obras de retificação do rio Pinheiros de acordo com a concessão expedida pelo governo do Estado em 1927, após um momento de inflexão econômica devido à Depressão dos anos 1930 e à crise política brasileira; e sua conclusão se deu somente ao final da década de 1950. Seu processo de construção, contudo, deve ser apreendido no conjunto da lei de nº 2.249 de 1927, em seus artigos 3º e 4º, e nas consequências da enchente de 1929, pois como apontado anteriormente, a empresa detinha o direito de declarar utilidade pública as áreas necessárias às obras, entre as quais as “alagadiças, ou sujeitas a inundações”, inclusive de desapropriá-las.

De forma breve, considerando os limites desta reflexão, a enchente de 1929 teve um papel importante no conjunto das obras da Light. Após vários dias de chuvas no início de fevereiro de 1929, inclusive com intermitências, no dia 18 de fevereiro, após cinco dias sem chuvas nas cabeceiras dos principais rios, houve o

<sup>40</sup> Blanes, 2006, 51 e segs.

registro de uma grande enchente. Tal fato é tratado por considerável parcela da historiografia como um ato deliberado pela empresa, na medida em que a Light abriu as comportas dos reservatórios rio Grande (Billings) e Guarapiranga no dia 14, enquanto a barragem à jusante, na usina de Parnaíba, tiveram suas comportas fechadas. Estes atos teriam motivado a inundação, conforme apontam estudos que se dedicaram ao tema, enfatizando os ganhos econômicos advindos com o ato<sup>41</sup>. Em contrapartida, o engenheiro Reynaldo Maffei afirma que a Light não teria “potencializado” as enchentes naqueles dias e, sim, adotado uma opção técnica, pois, naquele momento, as obras de retificação

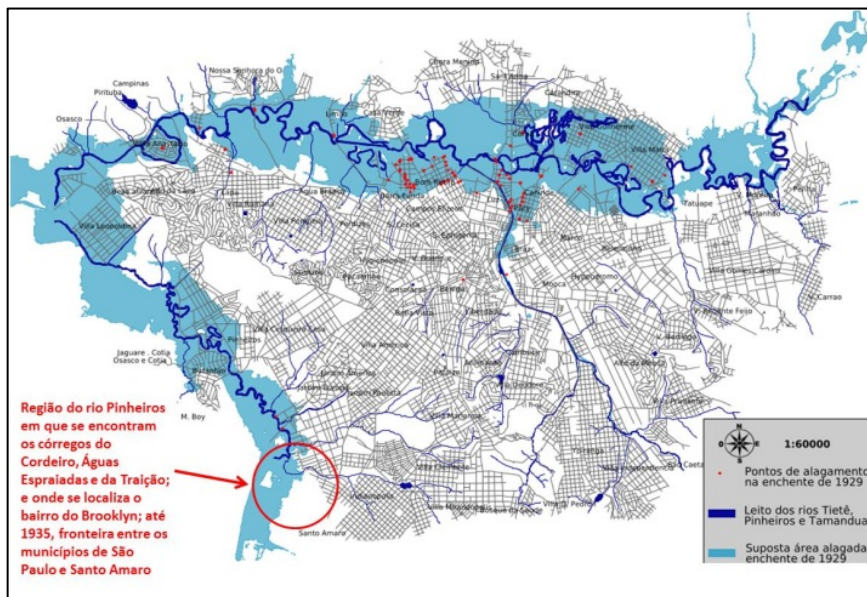
não tinham sido iniciadas e, como a barragem do rio Grande estava em construção e, por isso, aquém de sua estrutura (também recebia as águas do reservatório rio Grande, sob o risco de transbordamento) a empresa optou em abrir as comportas instaladas nas futuras unidades de bombeamento, assim como do reservatório de Guarapiranga, que se encontrava cheio<sup>42</sup>.

As enchentes já eram frequentes na cidade, porém, entre os diferenciais da enchente de 1929 estava o fato de que as águas atingiram regiões que nunca antes foram vítimas dessas intempéries, como as propriedades da Cia. City, na região da atual Cidade Jardim, por exemplo. Como havia a prerrogativa de a Light requerer a desapropriação das terras atingidas pela enchente, assim a empresa o fez. A dimensão aproximada da enchente de 1929 pode ser visualizada no mapa abaixo.

Os processos de desapropriações foram conflituosos, envolvendo a sociedade e largos debates sobre o poder da empresa nesta questão, incluindo a sua possível responsabilidade pela enchente. De qualquer forma, mesmo com o Código de Águas promulgado em 1934, que estabelecia como limite para as desapropriações em processo de intervenção no curso dos rios a linha média de enchentes, a empresa conseguiu manter as cláusulas lei de 1927, sobre o total das áreas alagadiças.

As consequências sobre os proprietários das terras atingidas variaram segundo sua condição

Figura 4: Área alagada pela enchente de 1929



Fonte: Adaptado pelo autor. Ferla et al, 2014, 162.

socioeconômica. À Cia. City, que possuía amplas extensões de terras nas proximidades da margem do rio Pinheiros, coube contestar o critério da linha máxima e, por esta razão, rapidamente a Light firmou acordo com a companhia imobiliária que, em troca das desapropriações, estendeu uma linha de bondes no bairro do Pacaembu, agregando valor a um loteamento da City. Quanto aos pequenos proprietários, contudo, o procedimento foi tentar acordos de desapropriação individualmente, impondo-lhes cláusulas nas quais eles abriam mão do direito de compra em hasta pública dos terrenos saneados após a canalização do rio, com prioridade de compra<sup>43</sup>.

Do episódio, a Light incorporou em áreas contíguas junto ao rio Pinheiros um total de 20.779.443 de m<sup>2</sup>, dos quais 4.015.360 m<sup>2</sup> receberam alguma tipo de obra, como retificação, canal, linhas de transmissão, estrada de ferro ou avenidas. Do restante, 16.764.083 m<sup>2</sup>, apenas 10% retornaram aos antigos proprietários. Após as obras de retificação e saneamento das curvas e várzeas do rio Pinheiros, a região passou abrigar a atual Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (USP), o Jôquei Clube, o bairro do Jaguaré e a região do Brooklin, que nesta reflexão encontra-se em destaque.

Como parte do projeto da Light, na altura do atual Brooklin, próximo à ponte da avenida dos Bandeirantes, a empresa construiu, em 1940, a Usina Elevatória de Traição, para inverter o curso do rio. A usina, entretanto,

<sup>41</sup> Ferla et al, 2014, 150. Seabra, 1988, 173 e segs. Santos, 2011.

<sup>42</sup> Maffei, 1995.

<sup>43</sup> Sobre o processo de cálculo dos benefícios decorrentes das melhorias para venda em hasta pública ver Seabra, 1988, 230 e segs.

elevava o nível do rio num trecho em que recebia as águas de três córregos: do Cordeiro, Águas Espriadas e da Tração, afluentes da margem direita do Pinheiros. Por esta razão, foi necessário à empresa construir, “concomitante às obras de retificação” o dreno do Brooklin, uma galeria paralela ao curso do rio Pinheiros que captasse as águas dos três córregos direcionando-as à jusante da Tração<sup>44</sup>.

Diferentemente da retificação do rio Tietê em que o canal foi centralizado no eixo central da planície, no Pinheiros a canalização se deu na vertente esquerda do vale, disponibilizando grandes áreas de planícies na margem direita e ampliando “a área dos espaços urbanos contíguos da principal zona residencial da cidade”, segundo Ab’Sáber<sup>45</sup>. Por esta razão, obras como o dreno criavam condições para a adição das áreas saneadas serem incorporadas organicamente ao conjunto da cidade, da mesma forma que os tamponamentos e canalizações executados em toda a cidade disponibilizavam espaços úteis para a ocupação.

Por fim, vale destacar que nos anos 1950, a Light incorporou diversas companhias de eletricidade no Estado de São Paulo e deixou de oferecer serviços de transportes, dedicando-se à geração e distribuição de energia elétrica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar aqui, mesmo que brevemente, a atuação da empresa canadense sobre a cidade de São Paulo resultou em obras específicas que impactaram diretamente a bacia do Alto Tietê e, claro, a região sudoeste da cidade de São Paulo: represas, usinas, retificação e reversão do curso do rio Pinheiros, estações elevatórias etc.; e, ainda, a própria enchente de 1929 como uma “obra” da empresa, ajudam a colocar em evidência as formas como a Light atuou a fim de promover seus negócios e incrementar sua capacidade de acumulação, utilizando-se do espaço construído, transformando, ainda, a região em lugar “da contradição e da tensão”, próprios do capitalismo<sup>46</sup>.

Desta forma, a empresa canadense criou situações para que as funções da região do Brooklin deixassem de ser predominantemente assinaladas com *espaço da subsistência*, regido pelas atividades de pequenos agricultores e negociantes, como barqueiros, extratores de areia e pedregulhos, por exemplo, e criou

condicionalidades e disputas transformando a região num *espaço regido pelo capital*, com o rio e as várzeas transformando-se em elementos-chave para seus negócios, por isso a necessidade de construção do dreno do Brooklin, por exemplo, para captar as águas de três córregos e direcioná-los à jusante. Vale lembrar que na década de 1930, ao mesmo tempo em que a Light executava as obras de retificação do rio, também entrava em conflitos com barqueiros e trabalhadores que eram impedidos de retirarem areia ou pedregulho do rio, amparada, como acreditava a empresa, no seu direito de concessão de 1927<sup>47</sup>.

Por estas razões, o impacto exercido pela Light na região parece inequívoco e, por isso, a busca de se conhecer os pormenores desse processo, como já indicam importantes pesquisadores que se debruçaram sobre a região. Entretanto, cabem aprofundamentos que possam revelar os detalhes desses pormenores, em especial com a análise mais aprofundada da documentação da empresa, etapa seguinte da pesquisa.

Tal investida se fundamenta quanto se considera o discurso do Professor Luiz Antonio Pastorinho, da Faculdade de Taubaté, que em 1963, durante sua fala proferida para a Comissão Especial para estudo das enchentes no rio Tietê e seus afluentes, criada pela Câmara Municipal de São Paulo, reclamou da ausência de Estado na fiscalização dos rios e das ações da Light. Na ocasião, por mais que o engenheiro tenha dado o devido mérito à infraestrutura construída pela Light para a geração e distribuição de energia e seus fatores decorrentes, ele não se furtou a afirmar que:

“deve-se reconhecer que hoje o Tietê, por mais que se queira dizer de outra maneira, é um rio de propriedade da São Paulo Light (...) que abre ou fecha comportas nêe existentes, de sua propriedade, quando ela acha, apoiada em seus estudos, que deve fazê-lo. Eis o problema. Se êsses estudos são certos se êsse momento de abrir ou fechar as comportas se justificam, nós, engenheiros do Estado, confessamos não podermos dizer”<sup>48</sup>.

O que se identifica até o momento, portanto, são formas de atuação e obras executadas pela Light, que lhes conferiram o domínio sobre as águas da bacia do Alto Tietê, na medida em que pode delas utilizar-se para geração de energia, além de utilizar-se das terras adjacentes ao rio Pinheiros para a construção dos equipamentos necessários para seus negócios. Em outras palavras, seus interesses não podiam ser obstados por cursos d’água ou várzeas, pois se assim o fossem, não se garantiriam as condições para a reprodução do seu capital. Ou, no limite, obras que não considerassem as

<sup>44</sup> Ostrowsky, 1989, 37. Fix, 2001, 85. Blanes, 2006, 52. Fix, contudo, destaca que o dreno foi “implantado” somente na década de 1970; enquanto Blanes afirma que o dreno “foi implantado definitivamente” nos anos 1970.

<sup>45</sup> Ab’Sáber, 2007, 161.

<sup>46</sup> Harvey, 2005, 53.

<sup>47</sup> Seabra, 1988, 83.

<sup>48</sup> Câmara Municipal de São Paulo, 1963, 85 segs.

águas poderiam resultar em reparações que possivelmente poderiam decuplicar custos, como ocorreu com a construção do prédio no centro de São Paulo, que impôs prejuízos ao ignorá-las.

## BIBLIOGRAFIA

- Ab'Sáber, A. N. 2007: *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Cotia, Ateliê Editorial, edição fac-similar.
- Bartalini, V. 2006: "A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem", *Revista USP*. São Paulo, 70, 88-97, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i70p88-97>.
- Berman, M. 1986: *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Trad., São Paulo, Cia. das Letras.
- Blanes, L. 2006: "Análise dos biótipos da bacia hidrográfica do córrego Águas Espraiadas-São Paulo", Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Bonduki, N. G. 1982: "Origens do problema da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos", *Espaço e Debates*, 2(5), 711-732.
- Borba, M. L. G. 2014: "O técnico-científico e o sociopolítico na gestão na gestão da água urbana: drenagem e manejo de água pluviais no Município de São Paulo", Tese de Doutorado, IEE-USP, São Paulo.
- Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. 1927: *Projecto de Lei nº 74 de 1927 que concede favores à The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited*.
- Câmara Municipal de São Paulo. 1963: *133ª Sessão especial realizada em 7 de maio de 1963. Relatório da Comissão Especial para estudo das enchentes do rio Tietê e seus afluentes*. São Paulo, imprensa Oficial do Estado.
- Cano, W. 1998: *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. 4ª ed., Campinas, IE-UNICAMP.
- Diniz, R. y Ferrari, S. M. 1993: "Usina de Rasgão", *Memória*, 5(19).
- Douglas, M. 1991: *Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Trad., Lisboa: Edições 70.
- Elias, N. 1994: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Trad., Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Ferla, L. et al. 2014: "A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa", *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 8, 149-166.
- Figueiredo, M. J. C. R. de. 2009: "Córregos ocultos. Redescobindo a cidade", Trabalho de Conclusão de Curso, FAU-USP, São Paulo.
- Fix, M. 2001: *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo, Boitempo.
- Harvey, D. 2005: *A produção capitalista do espaço*. Trad., São Paulo, Annablume.
- Hobsbawm, E. 1998: *A era dos Impérios (1875-1914)*. Trad., 5ª ed., São Paulo, Paz e Terra
- IBGE (Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística) 1951: *Sinopse estatística do Município de São Paulo*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Kowarick, L. y Ant, C. 1982: "Cortiço: cem anos de promiscuidade", *Novos Estudos Cebrap*, 1(2), 59-70.
- Lênin, V. 1984: "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". In: *Obras Escolhidas em seis tomos de V. I. Lênine*. Lisboa, Edições Progresso, Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>. Consulta realizada el 18 de septiembre de 2014.
- Maffey, R. 1995: "A Light e o controle das enchentes", *História & Energia*, 5, 72-85.
- Martinez, P. H. 2006: *História ambiental no Brasil. Pesquisa e ensino*. São Paulo, Cortez.
- McDowall, D. 2008: *Light. A história da empresa que modernizou o Brasil*. Trad., Rio de Janeiro, Ediuro.
- Moraes, A. C. R. 2011: *Geografia histórica do Brasil. Capitalismo, território e periferia*. São Paulo, Annablume.
- Oliveira, C. A. B. de. 1985: "O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado", Tese de doutoramento, IE, UNICAMP, Campinas.
- Ostrowsky, M. de S. B. 1989: "Urbanização e controle de enchentes. O caso de São Paulo: seus conflitos e inter-relações", Dissertação de Mestrado, Poli-USP, São Paulo.
- Pádua, J. A. 2010: "As bases teóricas da história ambiental", em *Estudos Avançados*, 24(68), 81-108, <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.
- Paschkes, M. L. N. de A. 1986: "Bondes, terrenos e especulação", *História & Energia*, 1, 41-45.
- Petição enviada à Câmara Estadual pela *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* em 9 de novembro de 1927.
- Pinheiro, H. de S. 1942: "Higiene da habitação: higiene do terreno, insolação, ventilação, isolamento térmico", *Boletim da Repartição de Águas e Esgotos*, 5(13), 109-119.
- Rolnik, R. 1983: "De como São Paulo virou a capital do capital", em Valladares, L. do (org.): *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Rolnik, R. 2003: *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª ed., São Paulo, Studio Nobel/FAPESP.
- Saes, A. M. 2010: *Conflitos do capital. Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, EDUSC/FAPESP.
- Saes, F. A. M. de y Szmrecsányi, T. 1995: "El papel de los bancos extranjeros em la industrialización inicial de São Paulo", em Marichal, C. (coord.): *Las inversiones extranjeras en América Latina, 1850-1930. Nuevos debates y problemas en historia económica comparada*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Santos, F. A. dos 2011: *Domando águas. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo (1875-1930)*. São Paulo, Alameda/FAPESP.

Intervenções sobre o rio Pinheiros e a incorporação do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX: o caso da região do Brooklin na cidade de São Paulo

- Santos, F. A. dos 2015: “As inundações na região central da cidade de São Paulo: dinâmicas e significações (1850-1922)”, en Jorge, J. (Org.): *Cidades paulistas. Estudos de história ambiental urbana*. São Paulo, Alameda/FAPESP.
- Santos, M. 1994: *A urbanização brasileira*. 4ª ed., São Paulo, HUCITEC.
- Seabra, O. C. de L. 1988: “Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros. Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo”, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo.
- Senado do Estado de São Paulo. 1927: *Projecto de Lei nº 74 de 1927 que concede favores à The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited*.
- Sevcenko, N. 1992: *Orfeu extático da metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Worsten, D. 1991: “Para fazer história ambiental”, *Estudos Históricos*, 4(8), 198-215.